

BETHENCOURT DA SILVA E O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL

Celina Midori Murasse

Universidade Estadual de Maringá – DFE

Este estudo sobre o ensino técnico no Brasil, no século XIX, fundamenta-se no pensamento de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1831-1911). Este educador e arquiteto, acreditava que a educação, em especial o conhecimento artístico – através do ensino do desenho – era a base para que as nações alcançassem o desenvolvimento e a riqueza e, por isso, liderou um movimento que culminou na fundação da Sociedade Propagadora das Belas-Artes do Rio de Janeiro (SPBA-RJ) e do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LAO-RJ), em 23 de novembro de 1856. A primeira seria a mantenedora do segundo. O Liceu deveria aliar o ensino teórico ao prático e, desta forma, preparar a classe trabalhadora para a futura industrialização do país. Após as inaugurações da SPBA-RJ (20 de janeiro de 1857) e do LAO-RJ (9 de janeiro de 1858), Bethencourt da Silva dedicou sua vida a essas instituições, especialmente ao Liceu. Foi desta forma que ele participou, ativamente, da luta empreendida pela sociedade brasileira para efetivar, na segunda metade do século XIX, a modernização do país para conduzi-lo ao desenvolvimento material. Daí a importância em estudar as suas idéias. Parte-se da hipótese de que estas estão atreladas à reorganização do trabalho no Brasil, conduzida internacionalmente pelas Exposições Universais da Indústria, sob o comando da Inglaterra e, internamente, pela lei Euzébio de Queiroz, de 1850, que determinou a extinção do tráfico negreiro e, portanto, a transição do trabalho escravo para o livre.

Durante o período delimitado¹ para esta pesquisa, de 1856 a 1888, Bethencourt da Silva esteve à frente de todas as realizações e reivindicações daquele educandário. Assim, a vida do fundador estava de tal forma entrelaçada com a vida da instituição que se tornou impossível tratar de Bethencourt da Silva sem mencionar o LAO-RJ e vice-versa. E esta estreita vinculação entre o fundador e a instituição permeia todos os documentos selecionados para este trabalho.

Esta investigação, não se atém ao relato dos esforços deste empreendedor para a criação e manutenção LAO-RJ. Mais do que isso, resgata o pensamento de Bethencourt da Silva numa perspectiva histórica, ou seja, busca no contexto da época os elementos explicativos para as

¹ Esta delimitação deve-se a dois motivos: 1856 é o ano da fundação, tanto da SPBA-RJ como do LAO-RJ; 1888, é o ano da abolição da escravatura. Portanto, o estudo restringe-se ao período compreendido entre a extinção de tráfico negreiro em 1850 e o fim da escravidão em 1888.

suas convicções pessoais. Este resgate pautou-se no exame de fontes documentais primárias tais como, regulamentos, regimentos, atas, relatórios, publicações oficiais, discursos, biografias dos fundadores da SPBA-RJ e do LAO-RJ. Evidentemente, essa documentação não está representada na sua totalidade, porém, neste aspecto, quando o pesquisador se depara com a inexistência de outros documentos ou a impossibilidade de reuni-los todos, adotou-se o encaminhamento metodológico utilizado por Manacorda (1995, p. 8): aprecia-se o que se tem para poder encontrar o vestígio daquilo que não se pode ter. Examina, outrossim, as fontes secundárias impressas de autores, tanto contemporâneos quanto do século XX, que abordam a temática e o período delimitado para este estudo. Espera-se, assim, contribuir para preencher a lacuna existente na história e historiografia da educação sobre o ensino técnico e, deste modo, ampliar o conhecimento nesta área.

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, o idealizador do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, nasceu no dia 8 de maio de 1831, na altura de Cabo Frio, a bordo do veleiro português “**Novo Comerciante**”, que se dirigia ao porto do Rio de Janeiro. Era filho do carpinteiro português Joaquim José da Silva e da bretã Saturnina do Carmo Bethencourt.

Como se vê, Bethencourt da Silva nasceu no alvorecer do período regencial (1831-1840), uma das épocas, conforme Fausto (2002, p. 161), mais conturbadas da história do Brasil e, também, uma das mais importantes. Naqueles anos a maior preocupação dos dirigentes do país foi, segundo Niskier (1995, p. 102), com a consolidação do estado nacional. Era uma época, portanto, da luta pela edificação do Brasil enquanto uma nação independente, primeiramente, pela manutenção da unidade territorial brasileira ameaçada, constantemente, por inúmeras revoltas provinciais. Diante disso, a organização do ensino não poderia estar entre as suas prioridades do governo regencial que pouco fez nesta área neste período. O Ato Adicional de 1834 é a confirmação desta posição pois estabeleceu, entre outros aspectos, a descentralização do ensino, que atribuía aos governos provinciais a responsabilidade pelos ensinos primário, secundário e profissional nas suas respectivas províncias, enquanto caberia ao governo central legislar sobre os cursos superiores em todo o território nacional e sobre os demais níveis de ensino apenas na capital do Império. Com isso, o investimento de cada província na educação dependia dos recursos de que ela dispunha. Apenas os moradores da capital do Império tinham alguma regalia. Este despreço em relação à educação pública manteve-se durante todo o período imperial.

Neste contexto, os filhos de famílias de recursos que almejassem a uma educação superior percorriam, segundo Carvalho (1996, p. 64), uma trajetória comum: “iniciavam a formação

com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II, e afinal iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina”. O Colégio Pedro II² era a mais importante instituição de ensino secundário e se destinava, principalmente, aos filhos de famílias ricas, preparando-os para ingressar nas escolas superiores e formando bacharéis em letras. Por outro lado, prossegue Carvalho (1996, p. 65), os filhos de famílias menos abastadas seguiam um outro caminho: “As pessoas de menores recursos podiam completar a educação secundária nos seminários ou em escolas públicas. A partir daí a escolha podia ser os seminários maiores, para uma carreira eclesiástica, a Escola Militar, (...) para uma carreira no exército, a Politécnica ou a Escola de Minas, para uma carreira técnica.”

O percurso acadêmico de Bethencourt da Silva é muito semelhante ao descrito anteriormente. Iniciou seus estudos no Seminário São José e, posteriormente, em vez de optar pela carreira eclesiástica ou pela militar, ingressou na aula de arquitetura da Academia de Belas-Artes em 1845, onde foi um brilhante discípulo do artista francês Grandjean de Montigny³, o professor fundador da cadeira de arquitetura da Academia das Belas-Artes. Durante o curso mostrou-se talentoso, aplicado e disciplinado, obteve inúmeros prêmios e menções honrosas, e entrou num torneio escolar para completar os estudos em Roma⁴. Estudar em Roma era um privilégio para poucos. É o que se pode depreender desta afirmação de Almeida (1989, p. 20-21): “Os laureados da Academia são enviados a Roma, às expensas do Estado, a fim de completar sua formação artística, e, quando se verifica que o orçamento é insuficiente para atender às aspirações de todos os que se distinguem ou dão provas de aptidões especiais, sempre se encontram benévolas proteções para ajudar jovens talentosos.”

Bethencourt da Silva começou cedo a sua carreira, empregando-se como arquiteto das Obras Públicas, em 1850, cargo para o qual foi nomeado, por concurso. Como arquiteto, foi um profissional bem sucedido e suas obras marcaram uma época visto que contribuíram para modernizar as construções públicas, especialmente da capital do Império, no Rio de Janeiro.

² Este estabelecimento de ensino foi criado no município do Rio de Janeiro, por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, através do decreto de 2 de dezembro de 1837.

³ Fazia parte da missão artística de 1816, trazida durante o reinado de D. João VI no Brasil.

⁴ Estudar em Roma era um privilégio para poucos. É o que se pode depreender desta afirmação de Almeida (1989, p. 20-21): “Os laureados da Academia são enviados a Roma, às expensas do Estado, a fim de completar sua formação artística, e, quando se verifica que o orçamento é insuficiente para atender às aspirações de todos os que se distinguem ou dão provas de aptidões especiais, sempre se encontram benévolas proteções para ajudar jovens talentosos.”

Entretanto, as edificações que tornaram o arquiteto Bethencourt da Silva conhecido até no exterior, representavam, segundo Lyra (1969, p. 9), apenas uma “riqueza inerte que rende aos olhos sem aurificar a alma”. Foi a sua obra como **educador**, ao criar o Liceu de Artes Ofícios do Rio de Janeiro que lhe concedeu, conforme Barros (1956, p. 194), a auréola de imortalidade.

Bethencourt da Silva atuou, também, como professor da Academia de Belas-Artes e da Escola Politécnica e era um homem de vasta cultura. Em seus discursos fazia referências a grandes filósofos, economistas, políticos, estadistas e escritores de sua época.

A criação do LAO-RJ, em 1856, fazia parte de um amplo projeto, encabeçado por Bethencourt da Silva, e que contava com o apoio de uma parcela da elite intelectual do Império. Por ocasião das fundações da SPBA-RJ e do LAO-RJ, Bethencourt⁵ (1856, p. 13) fez uma breve apreciação sobre o “infeliz estado de nossos conhecimentos industriaes” e admitiu que este resultava da educação que aqui se ministrava, ou melhor dizendo, da ausência dela, fundamentalmente do ensino do desenho. Em seguida, demonstrou as vantagens que o cultivo do conhecimento artístico traria ao país, e conclamou todos os presentes a meditar sobre o “resultado maravilhoso das nossas riquezas materiaes trabalhadas por meios racionaes, theóricos e scientificos” (Silva, 1856, p. 22). Fazia-se necessário, portanto, preencher esta lacuna que existia na educação do povo brasileiro. É por isso que, em 1856, Bethencourt da Silva argumentou a favor da fundação de uma associação que tivesse, justamente, a preocupação de difundir o conhecimento artístico:

...devemos cuidar seriamente da criação de uma Sociedade Propagadora das Bellas-Artes que, entre outros meios necessarios ao seu desenvolvimento e util fim, estabeleça um liceu de artes e officios, em que os nossos artesões, operarios e mais concidadãos estudem em lições nocturnas o desenho geometrico, industrial, artistico e architectonico, os principios das sciencias applicadas ás artes livres, podendo então em breve tempo apresentarmos, como a França, a Inglaterra, a Allemanha, a Italia e mesmo Portugal, as nossas produções a par das obras primas do seu povo. (Silva, 1856, p. 20)

Desta forma, a elite intelectual cumpriria a tarefa de conduzir, conforme registra a documentação do LAO-RJ (1881, p. iv), o “aperfeiçoamento moral e intelectual da sociedade moderna” e estava convencida de que, assim, o país estaria prestes a ingressar no mundo

⁵ SILVA, F. J. B. Discurso recitado perante os membros fundadores da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, no dia da sua organização em 23 de novembro de 1856, no edifício do Museu Nacional. **Brazil Artístico Nova Phase**- Revista da Sociedade Propagadora das Belas Artes, ano 1, n. 1, p. 12-27, 1^o trim. 1911.

civilizado. A SPBA-RJ tinha por fim: “promover, por todos os meios a seu alcance, a propagação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das bellas-artes em todo o Imperio” (Sociedade Propagadora das Belas-Artes, 1857, p. 3). O Liceu constituiu-se no principal mecanismo para que a SPBA-RJ atingisse o seu objetivo primordial. Este estabelecimento de ensino, conforme o Regulamento do LAO-RJ (1871, p. 5), tinha a seguinte finalidade: “alem de disseminar pelo povo, como educação, o conhecimento do – bello, - propagar e desenvolver, pelas classes operarias, a instrucção indispensavel ao exercicio racional da parte artistica e technica das artes, officios e industrias”. Para alcançar este fim, o Liceu teria aulas de ensino teórico-prático, de acordo com a necessidade e a disponibilidade de recursos da Sociedade.

Embora as escolas superiores de direito, de medicina e de engenharia existentes em meados do século XIX tivessem concorrido para elevar o nível intelectual dos brasileiros, elas ministravam uma educação essencialmente teórica e desvinculada da realidade da vida nacional. Por isso, afirma Azevedo (1963, p. 590-591), os profissionais por ela formados constituíam uma elite “de mentalidade política e retórica”, mas sem o menor preparo para “resolver os grandes problemas técnicos e econômicos do país.

O Liceu de Artes e Ofícios foi uma reação contra este tipo de essencialmente educação teórica posto que foi a primeira escola a oferecer ao povo, o ensino prático das artes e ofícios, reivindicando para isso, as oficinas. Nas palavras do editorial d’O Paiz⁶ (LYCÊO de Artes e Officios, 1885, apud Relatorios do Lycêo de Artes e Officios, 1895, p. 115), o Liceu “procurou firmar no largo e solido alicerce da instrucção professional generalisada, a base inabalavel do edificio da nossa grandeza e prosperidade commum”. Em conformidade com os Relatórios do Liceu de Artes e Ofícios (Lycêo de Artes e Officios, 1895, p. 7), era uma instituição de ensino popular:

Não vem aqui os privilegiados da fortuna (...) mas os pobres de recursos pecuniarios, o operario modesto e desconhecido, o artifice intelligente e ignorado, o povo, em fim, os que não podendo ser medicos, advogados, engenheiros, architectos, pintores ou esculptores, desejam ser artezãos, machinistas, mestres de officinas, industriaes, artistas habeis, directores de fabricas, desenhistas, etc., etc.

⁶. LYCÊO de Artes e Officios. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1885. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1885 a 1888**. v. Relatorio de 1885. p. 1-138.

Assim, num momento em que o ensino do desenho era ainda pouco difundido nas escolas, o LAO-RJ, conforme consta no seu Relatório de 1886 a 1888 (p. 9), priorizou esta disciplina no seu programa. Esta ênfase no ensino do desenho não era uma questão exclusivamente brasileira e, muito menos, específica do LAO-RJ ou de Bethencourt da Silva. Os governantes dos países mais desenvolvidos eram unânimes em reconhecer que o melhor, senão único, caminho para aprimorar os produtos da sua indústria encontrava-se na propagação das belas artes, em especial no ensino do desenho, que ocupava, em geral, a quarta parte de toda a educação que recebiam os mestrais ou homens de ofício. Acreditava-se, então que, além de conduzir ao aperfeiçoamento pessoal, ele tinha também utilidade prática. Esta conduta dos dirigentes daquelas nações era decorrência dos resultados apresentados por investigações efetuadas na França para determinar qual a melhor espécie de educação para produzir operários peritos e para promover o progresso industrial.

O estopim desta discussão sobre a educação popular foi a Primeira Exposição Universal da Indústria, convocada pela Inglaterra e realizada em Londres, em 1851. Aquela exposição deveria, segundo o Príncipe Alberto (citado por Plum, 19__), constituir-se num “novo ponto de partida, desde o qual todos os povos possam orientar seus mais remotos esforços” e, por isso, pode-se afirmar que ela marcou o início do reordenamento das relações burguesas, sob a liderança da nação inglesa.

O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi fundado em 1856, portanto um ano após a Segunda Exposição Universal, realizada em Paris, em 1855. Esta exposição foi precedida por uma greve de operários cujas reivindicações, que poderiam colocar em risco a sua realização, foram parcialmente atendidas. Foi naquele momento tornou-se patente que o progresso científico e técnico deveria vir acompanhado também por um certo progresso moral. Este, seria conduzido pela educação. Isto contribuiu para a difusão da crença da educação enquanto agente de transformação social. De certa forma, aquele evento acelerou a reforma no sistema de ensino que as nações vinham efetuando a partir de 1851. Evidentemente, a sociedade brasileira não poderia ficar indiferente a este movimento internacional e os fundadores do Liceu atenderam à conclamação geral para empreender o reordenamento das relações capitalistas. Todavia, anteciparam-se a qualquer medida governamental do Estado e fundaram o LAO-RJ.⁷ Portanto, a concepção da educação como alavanca do desenvolvimento,

⁷ O Liceu era um estabelecimento dirigido à educação popular, criado e mantido, a princípio, integralmente, pela iniciativa privada e, posteriormente, subsidiada pelo Governo Imperial, conforme consta nos documentos do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1881, p. 5-6).

defendida pelos instituidores do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro era a expressão do espírito da época e não uma peculiaridade da sociedade brasileira.

No Brasil, esta discussão sobre a educação ocorreu na esteira da transformação operada na organização do trabalho, que se acentuou em 1850, com a lei que extinguiu o tráfico negreiro. Havia, na sociedade brasileira da época, um forte preconceito contra as profissões mecânicas ou manuais que eram consideradas como atividades exclusivas dos escravos africanos. Destarte, para transformar os homens livres, isto é, os “artífices modestos” de então em “obreiros ilustres” do futuro, era necessário realizar, anteriormente, uma modificação nos costumes vigentes. É isso que consta nos Relatórios do Liceu (LAO-RJ, 1895, p. 7) Era preciso debelar, conforme Freire⁸ (1886, p. 104) o preconceito ao trabalho manual, aos ofícios e às artes mecânicas; educar o cidadão no hábito do trabalho, da ordem e da obediência a seus mestres, combatendo, ao mesmo tempo, a indolência, a pacatez infrutífera; educá-lo, também, para que, cômico de si, de seus direitos e não menos de seus deveres, pudesse lançar-se vigoroso na luta da existência.

Enfim, o LAO-RJ teve, primordialmente, a missão de preparar o espírito dos brasileiros para garantir que a transição do trabalho escravo para o livre se efetivasse do modo mais tranqüilo possível. Para construir essa nova ordem moral não havia necessidade das oficinas. Aliás a reivindicação de Bethencourt da Silva pelas mesmas permaneceu durante todo o período do Império, porém, só foi efetivada em 1911, após sua morte. Pode-se dizer que o LAO-RJ ofereceu a educação necessária para assegurar a ordem e o progresso do Brasil. Essa educação consistia naquele conhecimento básico para transformar o homem em cidadão, naquele elemento útil à sociedade e, para isso, a instrução técnica mostrava-se dispensável. Logo, a educação pôde se sobrepor à instrução e o LAO-RJ desviou-se da proposta inicial de educar e instruir.

Apesar da inexistência das oficinas durante o período oitocentista, Bethencourt da Silva⁹ (1888, p. 173-174) demonstrava o desenvolvimento alcançado pelo Liceu em sua missão civilizadora, pois ele ocupava, reconhecidamente, uma posição invejável mesmo diante das escolas profissionais existentes nos países mais avançados do mundo civilizado. No entanto,

⁸ FREIRE, J.J. da S. Discurso oficial pronunciado em sessão solenne de distribuição de prêmios em 9 de Janeiro de 1886. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios do Lyceu de Artes e Offícios (...) de 1885 a 1888**. Rio de Janeiro: Ribeiro, 1895. p. 82-105.

⁹ SILVA, F. J. B. da. Exposição histórica: Lyceu de Artes e Offícios. Rio de Janeiro, fev. 1888. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios do Lyceu de Artes e Offícios (...) de 1885 a 1888**. Rio de Janeiro: Ribeiro, 1895. p. 168-206.

este reconhecimento público da magnanimidade do Liceu não trouxe o tão desejado desenvolvimento da indústria brasileira, mesmo após uma luta que já durava três décadas. Bethencourt da Silva evidencia esta constatação nos Relatórios do Liceu (1895, p. 10): “Estamos ainda na infância da arte e da industria, e longe está o dia auspicioso em que se celebrem as nupcias solemnes da Sciencia com a industria e a Arte.”

Se por um lado, não foi possível ao LAO-RJ conjugar o ensino teórico ao prático, ou seja, o conhecimento artístico e a sua aplicação aos ofícios, e por isso, não foi tão eficiente na preparação do homem esclarecido pelo estudo, por outro lado, foi bem sucedido na educação, isto é, na formação do homem moralizado pelo trabalho.

Nesta perspectiva, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro cumpriu o papel que lhe foi reservado no processo de reordenamento internacional das relações burguesas, porque a moralização dos alunos que freqüentaram seus cursos era reconhecida por muitos.

Nesta finalização, cumpre registrar que, ao iniciar o estudo da biografia de Bethencourt da Silva, tinha-se o intuito de nela encontrar os elementos que permitissem fazer a recomposição do contexto brasileiro em meados do século XIX, com as questões que os homens tiveram que resolver e das quais ele foi, de certa forma, porta-voz. À medida que se aprofundava a leitura de sua biografia e de seus escritos, aquelas preocupações que, inicialmente, pareciam tão peculiares ao Bethencourt da Silva, foram se revelando comuns a muitos homens e seus incontáveis feitos, aparentemente extraordinários, mostraram que estavam em consonância com as circunstâncias da época. Este tratamento dispensado aos estudos biográficos aproxima-se da concepção de Antonio Candido¹⁰ (1967, p. 9) acerca dos registros do passado:

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois **o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos**, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época. Então, **registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar.** [grifos nossos]

Isto significa que as particularidades do indivíduo Bethencourt da Silva foram sucumbindo para dar lugar às questões sociais próprias àquele momento histórico, indicando que as

¹⁰ CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. 1967. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

semelhanças entre os homens eram muito mais significativas que as suas diferenças. Portanto, Bethencourt da Silva foi um homem de seu tempo que, assim como muitos de sua geração, acreditava no poder de transformação da educação e, por isso, participou ativamente da construção do estado nacional, dedicando-se ao Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

Referências

- ALMEIDA, J. R. P. de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989. Tradução de: Histoire de L'Instruction Publique au Brésil (1500-1889). Histoire et Legislation. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1889.
- AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.
- BARROS, A. P. de. **O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição**. Rio de Janeiro: Liceu de Artes e Ofícios, 1956.
- CARVALHO, J. M. **A construção da ordem; Teatro de sombras**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- FERREIRA, F. **Bethencourt da Silva. Perfil artístico**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876a.
- _____. **Do ensino profissional**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876b.
- FREIRE, S. V. **A Sociedade Propagadora das Belas-Artes e o Liceu de Artes e Ofícios: 135 anos a serviço da educação e da cultura**. Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas Artes, 1991.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.
- LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1885 a 1888**. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895.
- _____. **Regulamento e regimento**. Rio de Janeiro: Industria Nacional, 1871.
- LYRA FILHO, J. **Educação e vida**. Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas-Artes, 1969.
- MANACORDA, M. **História da educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- NISKIER, A. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.
- PLUM, W. **Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, [19__].
- SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES. **Estatutos**. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1857.